



ACÓRDÃO Nº187/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11926/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Luiz Gonzaga da Silva Junior (Ordenador de Despesa), Walfrido de Oliveira Silva Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Francisco Frutuoso Lima – OAB/AM nº 9748.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5934/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior, referente ao **período de 01/01 à 19/04/2015**, nos termos do art. 22, II c/c o art. 24 da Lei 2.423/96 e art. 188, §1º, II c/c o art. 189, II da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto, referente ao **período de 20/04 à 31/12/2015**, nos termos do art. 22, II c/c o art. 24 da Lei 2.423/96 e art. 188, §1º, II c/c o art. 189, II da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar** à SECEX que oriente as próximas Comissões de Inspeção desta Corte de Contas para que verifiquem a regularização das ressalvas expostas na fundamentação do Voto;
- 10.4. **Determinar** à DERED para que cumpra o estabelecido no art. 162, *caput* da Resolução 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº187/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto** no valor de **R\$ 2.000,00**, conforme voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acolhido em sessão pelo Relator. que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros; Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral